

## *Introdução*

A literatura nacional e ocidental apresenta clara tendência em considerar a Crise Financeira Asiática de 1997/1998 como um fenômeno essencialmente econômico ou como um exemplo de pânico financeiro em economias vulneráveis. Numa visão muito difundida na época e apresentada com relativa sensação de triunfo, advogava-se que o Século da Ásia já tinha sido abortado no nascimento e que “os valores asiáticos” estariam então confirmados como inferiores aos do Ocidente.

Uma década após, no entanto, pode-se com maior segurança afirmar que a crise teve como principais resultados o estímulo ao desenvolvimento do regionalismo asiático, a consciência da necessidade de definição e estabelecimento tanto de instituições multilaterais quanto de acordos bilaterais de livre comércio de forma a possibilitar a redução de dependências tanto do Fundo Monetário Internacional quanto das instituições econômicas internacionais. Ou mais do que isto, a recuperação asiática em conjunto com o forte desenvolvimento chinês passou a apresentar um novo regionalismo, centrado na economia chinesa, e colocando desafios à economia política internacional, fortemente dominada pelos interesses americanos.<sup>1</sup>

Hellmann (2007: 839) aponta que o explosivo crescimento econômico asiático liderado pela China introduziu um desafio sem precedentes: como acomodar a primeira região não ocidental, de sucesso real desde a Revolução Industrial, num mundo crescentemente interdependente, mas ainda não convergente.

---

\* Professor do Departamento de Política, Coordenador do Centro de Estudos sobre a China e do Grupo de Estudos Ásia-Pacífico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (GEAP-PUC/SP).

<sup>1</sup>. Quanto à crise em si, veja-se OLIVEIRA, Henrique Altemani (2000). “A Crise Asiática e a China”. IN: OLIVEIRA, Amaury Porto; CANUTO, Otaviano & OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Dissonâncias Sino-Japonesas diante da Crise Financeira Asiática*. Coleção Documentos, Série Assuntos Internacionais, no. 57, IEA/USP, São Paulo, julho de 2000. Pp.: 29-48 e OLIVEIRA, Henrique Altemani (1999). O cenário internacional e o Brasil no ano 2020. *Parcerias Estratégicas*, 6: 194-215, Março de 1999. Quanto à avaliação da crise, veja-se HELLMANN, Donald C. (2007). “A Decade After the Asian Financial Crisis: Regionalism and international architecture in a globalized world”. *Asian Survey*, XLVII (6):834-849, November/December.

Nesta linha de raciocínio, Ikenberry (2008), por exemplo, desenvolve o raciocínio de que o crescimento da China inevitavelmente levará o momento unipolar dos Estados Unidos a um fim, mas não necessariamente provocando uma violenta luta pelo poder ou a derrocada do sistema ocidental. No seu entendimento, a ordem internacional liderada pelos Estados Unidos permanecerá dominante até mesmo com a integração da cada vez mais poderosa China.

Já Joshua Ramo (2004) considera que o que está se passando na China não representa algo essencialmente doméstico, mas o início de um processo de revisão do quadro mais amplo do desenvolvimento internacional, da economia, da sociedade e, por extensão, da política. Enquanto Estados Unidos enfatiza políticas unilaterais definidas em função da defesa de seus interesses, China está reunindo recursos para eclipsar os Estados Unidos em muitas áreas essenciais dos negócios internacionais e construindo um ambiente que deixará a ação hegemônica americana mais difícil.

Em contraposição ao Consenso de Washington, Ramo trabalha com a perspectiva de um Consenso de Beijing. Este Consenso seria decorrente do fato de que, além do desenvolvimento interno, as novas idéias da China estão provocando um efeito gigantesco no plano externo ao apresentarem um caminho para outros países que estão almejando não só o desenvolvimento, mas também um posicionamento na ordem internacional de uma forma que lhes permita serem realmente independentes para proteção de seu modo de organização de vida em sociedade e suas escolhas políticas em um mundo com um único e poderoso centro de gravidade.

O XVII Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), realizado em outubro de 2007, referendou o pensamento básico de Hu Jintao em termos da concepção científica do desenvolvimento e de uma sociedade harmônica. A estes dois princípios agregou-se um terceiro que poderá adquirir maior proeminência em um futuro próximo: a democracia<sup>2</sup>.

A par da continuidade do dinamismo econômico chinês crescem as preocupações em relação às ponderações do fator “China Ameaça” e à retomada e

---

<sup>2</sup> Direcionada ao reforço do papel do PCC, à maior visibilidade dos demais partidos existentes na China, à necessidade de ampliação da cooperação entre estes partidos e à intensificação da participação popular na elaboração de políticas.

ampliação de medidas protecionistas em conjunto com a possibilidade de afetar negativamente a imagem internacional da China. No que se refere ao plano tecnológico destaca-se uma maior aposta no projeto espacial, com destaque ao lançamento, no começo de 2007, de um míssil com capacidade de destruição de satélites.

Com base nestas ponderações prévias, este breve texto objetiva reunir alguns elementos sobre a estratégia de inserção regional/internacional da China que possam embasar uma reflexão sobre o atual processo de redefinição do sistema internacional do Pós-Guerra Fria e igualmente sobre o processo de definição e implementação da Política Externa Brasileira. A análise estará dividida em três segmentos, englobando uma reflexão sobre o discurso de um “mundo harmônico”, seguida pelas implicações do desenvolvimento espacial chinês e o terceiro segmento sobre os principais relacionamentos bilaterais da China.

Em decorrência de uma extensa produção direcionada às questões econômicas do desenvolvimento chinês e do restrito espaço disponível para esta breve análise, o presente texto, apesar de reconhecer sua importância, não aborda as questões econômico-comerciais.

### *O Desenvolvimento Harmônico*

Na seqüência dos incidentes de Tiananmen (1989), com a percepção de que a China passaria a enfrentar intensos conflitos internos, começou a ser divulgada na mídia e em análises políticas e acadêmicas a perspectiva de um possível “Colapso da China”.

No entanto, a simbólica viagem de Deng Xiaoping (1992) às Províncias do Sul serviu para demonstrar o controle da situação doméstica, o apoio político interno ao prosseguimento das Modernizações e a vigorosa retomada do processo de abertura e de reformas econômicas, fazendo com que a perspectiva de colapso começasse a ser paulatinamente substituída pela “Teoria da China Ameaça”.

Esta teoria da ameaça apresenta, claramente, duas considerações: a da segurança estratégica e a econômica. No plano da segurança, destacam-se as considerações de uma estratégia armamentista, venda ou transferência irresponsável de armas ou de tecnologias militares e a presença de conflitos históricos e

inconcebíveis reivindicações territoriais no seu entorno imediato. Sob outra perspectiva, pode-se também refletir que esta tese da ameaça representa também a consciência regional e internacional de que a China apresenta um projeto político e está reunindo condições reais de assumir um papel de relevância nos assuntos regionais e internacionais. Neste sentido, a percepção de que a China ao ampliar seu espaço, necessariamente está deslocando ou reduzindo capacidades de outros atores.

No plano econômico, as preocupações centram-se em especial no caráter competitivo da economia chinesa em decorrência de diversas vantagens comparativas. Agrega-se ainda, neste plano econômico, a hipótese de que ameaça é reforçada com dificuldade natural de acomodação e assimilação no processo de desenvolvimento as diferentes camadas sociais e os diversos espaços territoriais, retomando-se a perspectiva do colapso.

Partindo do princípio de que era (e é) extremamente preocupante para Beijing o perigo de que o rótulo de ameaça pudesse um fator que deslegitimasse a China como um ator internacional, facilitando a emergência e imposição de constrangimentos que pudessem comprometer tanto o desenvolvimento econômico quanto estratégias de política externa, em especial no estabelecimento de vínculos políticos com diferentes países e regiões, a China adotou inicialmente a estratégia do conceito de “ascensão pacífica”.

Visualizado como um possível instrumento de redução dos constrangimentos decorrentes desta teoria, a proposta de pensadores chineses, em 2003, da idéia da “ascensão pacífica” da China apresentava o objetivo de propiciar uma visão mais confiável e crível do futuro cooperativo de suas relações externas. Na realidade, objetivava difundir a idéia de que, ao contrário do observado historicamente na ascensão de outros poderes, a China seria exceção à regra de que haveria uma tendência a desorganizar o sistema internacional. Ainda que endossado pela liderança chinesa, logo o conceito demonstrou ser contra-produtivo, ao realçar a questão do crescimento / ascensão da China, sendo abandonado em 2004.

Assim, a partir de 2006 e com a oficialização no XVII Congresso de PCC, passou-se a utilizar o conceito de “desenvolvimento harmônico”<sup>3</sup>. Na realidade, trata-se de um conceito de “Harmonia”, raciocinado nas perspectivas domésticas e externas, tanto em espaços menores quanto no plano global, ou seja, sociedade harmônica, mundo harmônico, região harmônica, Leste Asiático harmônico etc. E, no que se refere ao relacionamento externo chinês, associado igualmente a uma “nova diplomacia”.

O Conceito apresenta, em primeiro, a conjunção entre “mundo harmônico” e “sociedade harmônica” na consideração de que as questões domésticas e internacionais devem ser visualizadas como um todo. Em segundo, “mundo harmônico” correlaciona-se com paz e desenvolvimento. Neste sentido, China respeita as diferentes civilizações, os diferentes modos de produção e persegue ideais de igualdade, respeito, benefício mútuo e harmonia entre as diferenças. E, em terceiro, ainda que aparente ser abstrato estabelece um roteiro para a prática diplomática, voltada não só à garantia da paz e do desenvolvimento, mas também à cooperação.

Como base deste novo posicionamento retórico de oposição à divulgação do fator ameaça e até num sentido defensivo e reativo está, a partir da experiência histórica de *humilhações* a que esteve submetida no seu passado recente, o fato da China ter apreendido a noção de que pode continuar a ter problemas externos se não se igualar em termos de poder com as potências existentes. Mas aprendeu igualmente o quão importante é a paz e estabilidade a partir das crises que passou com a guerra civil e com a Revolução Cultural. Assim, o desejo de uma China com poder para não ser novamente submetida, mas em conjunto com um profundo interesse por paz dentro e fora do país.

Considera-se que o conceito de desenvolvimento harmônico e de nova diplomacia decorre essencialmente do reconhecimento explícito da mudança de status da China e da busca de uma estratégia diplomática de inserção que corresponda exatamente a este novo e recente posicionamento internacional.

---

<sup>3</sup>. A análise do conceito de “desenvolvimento harmônico” está embasada no texto de Yuan Peng, Diretor do Instituto de Estudos Americanos do China Institutes of Contemporary International Relations (CICIR).

Yuan (2007) aponta que o fator América é ainda importante, mas muito menos significativo do que era nos anos 1990. Em primeiro, pelo fato da balança de poder entre China e Estados Unidos ter se alterado. Estados Unidos permanece potência, mas a China está crescendo muito mais fortemente, com interesses diversificados em todo o mundo.

Em segundo, a estrutura do poder internacional está em processo de mudanças, com o surgimento de novos atores e/ou fatores erodindo a influência americana: União Européia, Rússia, Japão, Índia, Brasil e ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) estão todos crescendo dramaticamente; a América Latina e a África estão se tornando ativos novamente; atores não-estatais estão desempenhando um papel sem precedentes na vida econômica e política internacional.

Terceiro, a China desenvolveu um novo padrão de interesse, especialmente em termos comerciais, e trabalha com múltiplos parceiros, incluindo União Européia, Estados Unidos, Japão e ASEAN. Como a influência dos Estados Unidos sobre a estratégia diplomática da China diminui, o status de outros países e regiões tende a se ampliar. Enfim, como Estados Unidos e China se tornaram incrivelmente interdependentes, eles têm que agir mais em conjunto e apresentar um relacionamento mais estável.

Na nossa visão, a mensagem básica da retórica do desenvolvimento harmônico é a necessidade dos diferentes atores internacionais reconhecerem não só o direito chinês ao desenvolvimento, mas o fato de que a China está crescendo e isto tem que ser, com harmonia, aceito pelo Sistema Internacional de forma a garantir um ambiente de paz, de desenvolvimento e de cooperação. Neste sentido, o princípio da “não interferência nos assuntos internos” deveria ser mais respeitada e o relacionamento internacional deveria estar alicerçado na perspectiva de interesses mútuos e de “coexistência pacífica”. E, no plano interno, o fato de que o desenvolvimento rápido e localizado gera distorções que deverão ser corrigidas harmonicamente para englobar o conjunto da sociedade chinesa.

### *Desenvolvimento Científico Espacial*

De acordo com a concepção científica do desenvolvimento, as preocupações com o espaço ocupam um lugar especial na estratégia chinesa. De um lado, as

necessidades de avanços em novos materiais, nanotecnologia, componentes eletrônicos e sistemas de comunicação e de informação estimulam as ações direcionadas ao espaço. Em conjunto com as amplas oportunidades comerciais pacíficas, a falta de uma efetiva cooperação internacional no que se refere à organização do espaço propicia seu uso para defesa e segurança.

A China iniciou seu projeto espacial em 1999, lançando a primeira nave tripulada (Shenzhou V) em 2003 e dois anos depois o Shenzhou VI levou dois astronautas a bordo e completando cinco dias de vôo espacial. Está ainda previsto para 2008 o envio da nave Shenzhou VII. Mas, em termos orçamentários, pode-se considerar que o projeto chinês é extremamente modesto: US\$ 2 bilhões frente ao orçamento americano de US\$ 16 bilhões.

No entanto, o teste<sup>4</sup> realizado, em 11 de janeiro de 2007, de um míssil anti-satélite (ASAT na sigla em inglês) para destruição de um satélite (Fengyun-1C) surpreendeu a comunidade internacional.

Ainda que a China assegure que seu teste não visava ninguém em especial, o uso de um ASAT suscitou uma série de questões. Em primeiro, há mais de uma década que a China pressiona em torno da necessidade de controles no que se refere à presença de armas no espaço, apesar da falta de reciprocidade dos Estados Unidos. Ao contrário, documento<sup>5</sup> recente dos Estados Unidos reafirma a intenção de Washington de permanecer como o poder espacial dominante do mundo. Neste documento, que apresenta nova versão, atualizada, das diretrizes americanas de política espacial está explicitamente descrito que os Estados Unidos não apoiarão qualquer proposta de acordo internacional capaz de reduzir sua liberdade de ação no espaço, em defesa de seus interesses nacionais.

De outro lado, Estados Unidos e Japão continuam desenvolvendo um sistema de defesa de mísseis, interpretado pela China como ameaçador aos seus interesses, em especial no caso de um conflito sobre Taiwan. Estas questões, sem dúvidas, estão na base da decisão chinesa de ampliar suas capacidades de defesa e de dissuasão.

---

<sup>4</sup>. Divulgou-se posteriormente que a China já tinha antes realizado três testes sem êxito, entre setembro de 2004 e fevereiro de 2006.

<sup>5</sup>. O texto completo do *U.S. National Space Policy* document, publicado em 10 de Outubro de 2006 é encontrado no website da White House Office of Science and Technology Policy, <http://www.ostp.gov/html/US%20National%20Space%20Policy.pdf>

No entanto, outras questões devem ser consideradas. Aparentemente os interesses chineses não são nem de protestar contra as políticas espaciais americanas nem de desenvolver uma corrida armamentista para se equiparar às forças americanas. É muito mais parte da estratégia de contenção em decorrência da reconhecida fraqueza militar chinesa. E, de acordo com Tellis (2007: 45) as armas que a China procura neutralizar não estão no espaço, mas são as forças navais e aéreas que Estados Unidos operam nas proximidades da China. No espaço estão os sensores que encontram e fixam o alvo para estas forças e o sistema nervoso que conecta os elementos de combate, possibilitando ações coesas. Note-se que atualmente não há meios para banir ou controlar o uso do espaço para tais propósitos militares.

As análises chinesas das operações militares americanas nas Guerras do Golfo Pérsico, Kosovo e Afeganistão demonstraram que os Estados Unidos tinham um trunfo decorrente desta complexa e sofisticada rede de sistemas de comando, controle, comunicações e inteligência computacional operando sinergicamente no espaço. Consequentemente, o desenvolvimento de habilidades para neutralizar os sistemas espaciais americanos poderia permitir a uma China militarmente mais fraca deter, atrasar ou mesmo anular as superiores capacidades americanas de ataque. Em termos bem objetivos, a conclusão é que o Pentágono é extremamente dependente do espaço para o sucesso de suas ações militares e que esta dependência espacial representa uma fraqueza estratégica já que é passível de ser neutralizada.

Bao Shixiu (2007:9) aponta que “uma efetiva defesa ativa contra um formidável poder no espaço pode forçar a China a ter uma assimétrica capacidade contra o poderoso Estados Unidos. (...) Uma estratégia efetiva ativa de defesa (...) poderia também incluir capacidades anti-satélites e sistemas espaciais de ataques por armas, se necessário. Em essência, China manterá os mesmos princípios para a militarização do espaço e de uso de armas espaciais como fez com as armas nucleares. Isto é, desenvolverá anti-satélites e armas espaciais capazes de efetivamente eliminar um sistema espacial do inimigo, de forma a constituir uma estratégia de defesa confiável e crível”

A emergência das potentes capacidades contra-espaciais da China deixa as operações militares americanas na Ásia muito mais arriscadas, pelo simples fato da China ter passado a apresentar a possibilidade de anular os Estados Unidos num conflito regional apesar de sua inferioridade convencional. Tellis (2007) considera que

esta situação não pode ser neutralizada por acordos de controle de armas, nem por uma tentação, presente nos Estados Unidos, de ver os programas contra-espaciais em termos morais. A ação chinesa decorre de condições objetivas que definem o relacionamento entre os dois países: objetivos políticos competitivos, que provavelmente persistirão mesmo com solução do conflito sobre Taiwan.

Representando o interesse chinês, Bao Shixiu, ex-Diretor da Academia de Ciências Militares do Exército de Libertação Popular da China, defende a tese de que Estados Unidos ao se recusar a discutir um tratado internacional sobre o uso do espaço, busca manter um status de hegemonia no espaço. Dessa forma, a China não pode aceitar a monopolização do espaço exterior por outro país. Bao (2007: 4-5) aceita que o programa espacial da China não é transparente em muitos aspectos, da mesma forma que o dos Estados Unidos também não é. Acrescenta ainda que na realidade muitas das tecnologias espaciais são inerentemente de uso dual e que conseqüentemente é muito difícil distinguir suficiente e efetivamente as intenções e capacidades no espaço. Conseqüentemente, sem algum tipo de entendimento mútuo sobre o controle de armas no espaço, a suspeita irá dominar as relações entre China e Estados Unidos.

O discurso moralista insinuado por Tellis apresenta-se muito claramente na análise de Elizabeth Economy (2007). “Os líderes da China atravessaram o globo pregando o evangelho da ascensão pacífica do país, frequentemente com grande efeito: China fará as coisas diferentemente do que Estados Unidos e anteriormente os poderes europeus fizeram, não poluindo o meio ambiente, não colonizando países para ter acesso a seus recursos naturais e não interferindo na soberania dos outros países”. Acrescentando uma série de problemas atuais como as do meio ambiente, direitos humanos, apoio financeiro a países párias do Sistema Internacional e de problemas domésticos como a ausência de democracia, a falta de transparência, Economy conclui conclamando à urgente necessidade dos Estados Unidos retomarem as rédeas da situação: “Devemos finalmente parar de falar sobre a ascensão pacífica da China ou do Consenso de Washington versus o Consenso de Beijing. O único consenso pertinente é o alicerçado em uma clara compreensão da ascensão da China e a urgência que traz para uma real liderança dos Estados Unidos”.

Em uma perspectiva mais moderada, o IISS (2007: 78-79) pondera que o crescimento da economia chinesa é dependente desta infra-estrutura orbital e que uma aparente desconexão entre planejadores militares e políticos poderá criar um risco para a continuidade do próprio desenvolvimento econômico chinês. E que a atual tensão poderia gerar uma oportunidade para o desenvolvimento de uma nova e compartilhada compreensão entre China, Estados Unidos e outros países para abandono da estéril linguagem sobre controle de armas e não-militarização do espaço e a busca de uma aproximação mais cooperativa. A análise é concluída, no entanto, com o reconhecimento de que atualmente não são detectados sinais de vontade política para tal processo cooperativo.

### *Balanço Estratégico*

Os objetivos de Beijing, amplos e bem conhecidos, são o desenvolvimento econômico e a estabilidade política interna, o que pode ser obtido assegurando e ampliando os acessos da China a mercados e recursos no exterior e, ao mesmo tempo, evitando conflitos externos e tensões. Assim, desde Deng Xiaoping, mantém-se a perspectiva de que uma economia forte é a fórmula para atingir alto nível de desenvolvimento da população e maior segurança a longo prazo.

Estes objetivos estão vinculados a uma prática diplomática de rejeição de qualquer tipo de pressão ou influência no que refere a seus arranjos políticos e sociais internos, assim como a reflexões sobre a legitimidade do papel exercido pelo Partido Comunista Chinês (PCC). Uma outra questão, mais controversa, mas que também deriva dos objetivos apresentados, é a intenção declarada de adquirir uma estatura de poder regional e internacional de forma a poder assegurar a continuidade do crescimento e a segurança.

Com esta gama de interesses e de pretensões é também óbvio que as relações com os Estados Unidos têm um lugar especial neste processo. Sem dúvidas, que o papel exercido na região possibilita a visão apresentada por Zhai & Wang (2007) de existência na Ásia-Pacífico de um super-poder e múltiplos grandes poderes, sendo que, no presente século, Estados Unidos apresenta uma perda relativa de poder na região, em especial pela ascensão da China, possibilitando inclusive pensar que estes dois

atores são os únicos que detêm capacidade de influência multi-dimensional no padrão estratégico regional.

O crescimento chinês secundado pela ampliação dos laços econômicos e pela sua ofensiva diplomática em relação ao Sudeste Asiático, à Ásia Central e igualmente ao Sul da Ásia tem ampliado a percepção de que seu engajamento agressivo na Ásia contrasta com a política de relativa negligência dos Estados Unidos. Assim, entre o “crescimento chinês”, inclusive com as hipóteses de que estaria sendo reconstruído um sistema sino-cêntrico, e o relativo “declínio dos Estados Unidos” pode-se deduzir que a China está assumindo um papel regional mais importante, possibilitando a percepção de um papel mais central.

No relacionamento sino-americano, diversos são os pontos antagônicos, como a diferenciação de sistemas políticos e conflituosas relações comerciais, ou a simpatia americana por Taiwan e a aproximação chinesa com estados párias, para que se possa pensar num relacionamento harmonioso. No entanto, China mantém seu posicionamento tradicional de considerar que um relacionamento positivo com os Estados Unidos é fundamental para a continuidade do processo de desenvolvimento e inclusive para a garantia da segurança regional, enquanto que nos Estados Unidos não há consenso sobre se o crescimento chinês é bom com alguns efeitos negativos, ou mau com alguns benefícios esparsos. Apesar de uma série de acusações e ameaças de recorrer à Organização Mundial do Comércio, constata-se uma elevada e mútua importância econômica. Mas, de outro lado, Estados Unidos se ressentem da possibilidade de Beijing poder deslocá-lo estrategicamente, enquanto que a China suspeita dos interesses americanos de conter seu crescimento ou de tentar mudar seu sistema político.

Neste sentido, o teste do ASAT, de um lado, demonstra um avanço nas possibilidades chinesas de dissuasão das tentações de uma ação mais enérgica contra a China ao mesmo tempo em que amplia a capacidade chinesa sem deslocar o papel exercido pelos Estados Unidos.

Mesmo assim, China mantém sua estratégia de não confrontar diretamente os Estados Unidos enquanto busca estabelecer uma rede de relacionamentos com outros Estados que possam prover um grau de apoio quando isto for necessário. Foot (2007:94) acrescenta que a China não é parte nem procura construir coalizões anti-

hegemônicas. Conseqüentemente, outros países emergentes como Brasil, Índia ou Rússia não devem esperar uma cooperação sustentada por parte da China nesta questão, assumindo que estejam interessados em formar tais coalizões. Esta posição provavelmente poderá ser alterada somente quando a China estiver convencida de que está sofrendo uma hostilidade clara por parte dos Estados Unidos.

A crise nuclear da Coreia do Norte e a atuação chinesa na coordenação das negociações entre os seis Estados participantes (Six Party Talks) ilustram bem esta ampliação do papel estratégico chinês no Leste Asiático, assim como o fato de não ser mais rotulado de “competidor estratégico”, mas como “sustentador responsável” no sistema internacional. A crise ilustra igualmente algumas preocupações em relação à estabilidade regional e ao balanço estratégico, com a percepção chinesa de que os programas de mísseis balísticos de longa distância e de armas nucleares da Coreia do Norte pudessem (Moore, 2008: 12-15):

a. forçar uma intervenção norte-americana ou de outros poderes em sua vizinhança. Ainda que esta hipótese aparente ser improvável no momento, as possibilidades permanecem reais para a China;

b. prejudicar as relações da China com a comunidade internacional. Desde os incidentes de Tiananmen, trabalha-se arduamente para melhoria da imagem internacional, fazendo inclusive parte deste esforço a organização dos Jogos Olímpicos para 2008 e o acesso recente à OMC;

c. incentivar um realinhamento na balança regional de poder, com a possibilidade de Japão, Coreia do Sul e mesmo Taiwan buscarem acesso a artefatos nucleares ou ampliem a cooperação militar com os Estados Unidos, inclusive participação em seu projeto de defesa de mísseis. No Japão ampliaram-se as pressões sobre o governo para um maior rearmamento ou mesmo se transformar num poder nuclear. Ainda que com menor intensidade, a nuclearização da Coreia do Norte pode pressionar a Coreia do Sul a mudanças em suas posições oficiais sobre armas nucleares. Mais preocupante ainda são os reflexos em relação a Taiwan. De um lado, a ampliação de ameaças favorece pressões taiwanesas para co-participar mais ativamente com Estados Unidos e Japão do desenvolvimento do sistema de defesa de mísseis em andamento. De outro, a possibilidade de retomada de seu programa nuclear. Mesmo sem um direcionamento claro para reforço de capacidades nucleares, a China receia

igualmente que a ação norte-coreana possa incentivar tanto uma corrida por armas convencionais no Leste Asiático quanto realimentar a presença americana na região e revigorar as alianças com o Japão, Coréia do Sul e mesmo com Taiwan. Para Hughes (2007) todos os três podem eventualmente ter a capacidade tecnológica para desenvolvimento de armas nucleares, mas esta capacidade ou é demorada ou pode constituir uma alternativa frágil à dissuasão nuclear norte-americana ampliada.

Este conjunto de preocupações é ainda complementado com incertezas no relacionamento bilateral com a Coréia do Norte, com a probabilidade de colapso interno norte-coreano levando a migrações maciças e as ameaças à estabilidade regional provocando desestruturação econômica.

Quanto a Taiwan agrega-se ainda a atual retomada de pressões para admissão na Organização das Nações Unidas, porém com uma novidade em relação às tentativas anteriores, qualifica-se como República de Taiwan e não mais como República da China.

No pós Crise Asiática notam-se transformações profundas no Leste Asiático: em primeiro, o desenvolvimento de um mercado intra-asiático anteriormente inexistente. Ainda que a Ásia mantenha-se dependente de mercados e de recursos externos, pela primeira vez detecta-se a importância do mercado regional e o forte crescimento dos fluxos internos. Em segundo, o fato de que é toda a Ásia que está crescendo e não somente alguns países. Em terceiro, a forte tendência de estabelecimento de acordos bilaterais de livre comércio e a ênfase em organizações multilaterais regionais, em especial APEC, ASEAN+1, ASEAN+3 e a Comunidade do Leste Asiático, com agregação de mais três novos membros (Índia, Austrália e Nova Zelândia). Todas estas transformações ainda que possam ser creditadas a diversos fatores apresentam um lugar comum que é a presença chinesa em decorrência de seu forte crescimento econômico e de seu esforço em estabelecer relações com os países limítrofes ou da região.

Zhai & Wang (2007) advogam a tese de que o Leste Asiático apresenta quatro diferentes modelos que irão, no futuro, moldar a ordem na Ásia Pacífico: o modelo americano de hegemonia, o modelo chinês de Ásia-Pacífico harmônica, o modelo ASEAN de cooperação regional e o modelo dos atores não estatais. Enquanto Estados Unidos procura reforçar sua hegemonia, China procura reforçar as parcerias com os

principais forças estratégicas da região; quando se trata de cooperação apóia o papel de liderança da ASEAN no Leste Asiático e busca construir parcerias e boas relações com os países vizinhos.

Dentro desta linha de raciocínio, destaca-se exatamente este esforço chinês de aproximação, de um lado, com a Rússia e os países da Ásia Central e, de com a Índia.

Somente nos últimos anos observou-se uma aproximação China-Rússia mais consistente. Do lado russo (Ferdinand, 2007a), as desilusões e as crescentes desconfianças em relação ao estilo ocidental de democratização foram um forte incentivo para esta aproximação, enquanto que os chineses já eram céticos. Isto significa que os líderes dos dois países apresentam um ponto de vista similar no que se refere ao papel chave que o Estado deve desempenhar no desenvolvimento de suas economias, assim como de suas políticas para encarar o desafio de competir com o resto do mundo.

Expressão desta melhoria de relacionamento é a participação conjunta na Organização de Cooperação de Shanghai (OCS). A OCS é inicialmente importante como resultado da iniciativa diplomática chinesa e sendo a primeira organização na qual a China detém um papel de liderança. Os membros da OCS enfatizam que a organização não está formatada contra qualquer terceira parte (interprete-se Estados Unidos), apresentando o objetivo de simplesmente contribuir para a segurança de uma importante região. A China, além dos óbvios interesses econômicos na região, em especial pela importância no fornecimento de hidrocarbonetos, almeja também ampliar sua influência política, o que pode ser interpretado como uma forma de contrabalançar a presença americana na região.

Além dos membros permanentes (China, Rússia, Cazaquistão, Quirquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão), a OCS conta com a presença da Índia, Irã e Paquistão com o status de observadores, sendo que Indonésia, Turquia e Belarus também estão solicitando este mesmo status.

O forte crescimento econômico e a maior importância estratégica, regional e internacional, da China e da Índia, reforçaram a visão em Beijing e New Delhi de que o continente asiático permanece como a arena mais apropriada para suas ambições, mesmo que ambos tenham ambições maiores. A razão clara e objetiva para esta percepção é que, economicamente, suas possibilidades decorrem, de forma mais

imediate, do fato de estarem incluídos ou não no dinamismo econômico asiático e que, política e estrategicamente, necessitam solucionar, em primeiro lugar, o conjunto de conflitos que detêm na região para poderem manter suas ambições internacionais.

Neste sentido, a Índia com sua estratégia de *Look East Policy*, volta-se para a Ásia, enfatizando o relacionamento com a ASEAN, com o Japão, solicitando a participação em organizações multilaterais e principalmente buscando regularizar, apesar das diferenças históricas, seu relacionamento com a China.

Índia reconhece que a China cresce de uma forma que não está desestabilizando a Ásia e nem o mundo, sendo evidente que à medida em que a China se torna mais arbitrária ou assertiva, isto crie desequilíbrios ao redor do mundo. Considera igualmente que a China tem sido hábil em controlar a aparente contradição entre ser politicamente autocrática e economicamente aberta. A questão preocupante é se, num futuro próximo, uma China com maior poder não irá tentar modificar as regras do Sistema Internacional a seu favor. Chellaney (2007) propõe então a necessidade de composição de uma aliança entre Rússia, Japão e Índia para contrabalançar o poder chinês crescente. Mas em decorrência dos problemas entre Rússia e Japão, num primeiro momento, há a necessidade de reforço do relacionamento bilateral Japão-Índia, visto como um importante pilar do equilíbrio de poder na Ásia.

Tanto o acordo de cooperação nuclear assinado pela Índia com os Estados Unidos quanto a presença indiana na reunião de dezembro de 2005 da Comunidade do Leste Asiático foram considerados com parte da estratégia americana e japonesa de contar com a Índia na perspectiva de contenção do poder crescente da China.

O acordo de cooperação nuclear com os Estados Unidos, no entanto, provocou uma forte divisão no espaço indiano. A questão básica é que os dois países apresentam expectativas diferentes. Índia esperava que o acordo removesse todas as sanções às importações de tecnologias avançadas.<sup>6</sup> Estados Unidos, por sua parte, pretendia com o acordo transformar a Índia no seu mais recente aliado estratégico na Ásia, mas ao preço de vincular seus interesses aos dos Estados Unidos. Assim, a questão chave é: “Índia será um Japão para os Estados Unidos (em outras palavras, um

---

<sup>6</sup>. Desde 1974, época do primeiro teste nuclear, Estados Unidos tem constantemente controlado o fluxo de tecnologias avançadas para a Índia pelo controle das exportações.

aliado) ou será um parceiro estratégico? Um aliado tem que seguir o líder, enquanto na parceria há ao menos a aparência de igualdade. Índia preferiria permanecer como um parceiro estratégico e não assumir uma dependência em segurança do estilo japonês em relação a Washington” Chellaney (2007: 31).

Ramani (2007) considera que qualquer ação voltada para o estabelecimento de uma aliança estratégica com um poder hegemônico unipolar se dará às custas da estabilidade nas proximidades da Índia e irá cercear a possibilidade de escolhas para a Índia. Considera como verdadeira a premissa de que a China privilegia seus interesses nacionais, mas que os esforços do presente regime chinês estão direcionados primeiramente para a sustentação de seu desenvolvimento econômico.

Ainda que não se esteja explicitando diretamente, está implícito que a China é hoje um ator internacional com uma diversidade ampla e diversificada de interesses e parcerias correspondente à sua importância econômica, estratégica, política e diplomática. Assim, não se pode omitir o fato de que a China também apresenta políticas específicas direcionadas ao Oriente Médio, à África e à América Latina. Aparentemente, no que se refere às expectativas econômicas, enquanto fontes de abastecimento, há um relativo maior interesse pelo Oriente Médio e África do que pela América Latina.

No caso africano, a política chinesa para a África transcende a mera questão de recursos. Enquanto a crescente necessidade por matérias primas e energia é importante para o engajamento na África, não é com certeza o único fator ou mesmo o mais importante. Antes, para se entender as políticas e motivações da China é crítico assumir uma visão mais ampla considerando-se a estratégia chinesa com vistas a um posicionamento global, suas perspectivas de desenvolvimento sustentável de sua economia e a necessidade de apoio político em relação à importante questão da reunificação de Taiwan e de prevenção de secessão.

### *Considerações Finais*

Considerando-se que o retorno da República Popular da China à comunidade internacional, no início dos anos 1970, ocorreu sob o aval americano e que o início de seu processo de modernização e reformas também contou com este aval, seja para desestruturar de vez o império soviético, seja posteriormente para debilitar a

economia japonesa e com a condição dos Estados Unidos como potência isolada no pós-Guerra Fria, não é de surpreender que Estados Unidos ocupe o principal lugar nas preocupações chinesas.

Para esta ponderação está-se pressupondo que China apresenta atualmente uma expressão no cenário internacional que não detinha na Guerra Fria. E muito mais do que isso: demonstra clara e enfaticamente o objetivo de se transformar em ator com peso regional e internacional, em função da necessidade de não ser mais *humilhada*.

Considerando igualmente o reconhecimento americano das potencialidades chinesas e inclusive o fato de ser o único ator que poderá, no futuro, ameaçar sua supremacia internacional, também não é surpresa que haja uma relativa acomodação entre os dois. No entanto, não há expectativa de manutenção de cooperação ao longo do tempo.

Assim, além das necessidades de manutenção do processo de desenvolvimento, de acesso a tecnologias e de modernização das forças armadas, a estratégia chinesa, numa perspectiva pacífica ou harmônica, é buscar adquirir maior peso político regional e internacional. Daí então a ênfase no relacionamento com praticamente todas as regiões.

Esta estratégia marca também o caráter não reformista da inserção chinesa ao praticamente apresentar tendência de aproveitamento pragmático das regras vigentes para busca de ampliação de capacidades econômicas e/ou de poder, seja por lhe propiciar condições de dar continuidade aos seus objetivos primários, seja por postergar a possibilidade de choques com as demais potências.

De qualquer forma, a República Popular da China, a curto prazo, depara-se com dois grandes desafios. Um, não tratado nesta reflexão, é como manter a harmonia interna frente a assimetrias (entre grupos sociais e províncias) geradas pelo rápido desenvolvimento.

O outro é exatamente como evitar a ampliação de questionamentos externos que possam passar de pressões para conflitos.

### ***Bibliografia***

BAO, Shixiu (2007). "Deterrence Revisited: Outer Space". *China Security*, 3 (1): 2-11, Winter.

- CHELLANEY, Brahma & HORIMOTO, Takenori (2007). "Japan-India links Critical for Asia-Pacific Peace and Stability". *Gaiko Forum*, 7 (2): 29-38, Fall
- CHU, Shulong (2008). *A Mechanism to Stabilize U.S.-China-Japan Trilateral Relations in Asia*. Washington: The Brookings Institution. January.
- ECONOMY, Elizabeth (2007). "China's Missile Message". *Washington Post*, Pg. A25, January 25. Acessado em 29/02/2008 no site: <http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2007/01/24/AR2007012401646.html>
- FERDINAND, Peter (2007a). "Russia and China: converging responses to globalization". *International Affairs*, 83 (4): 655-680.
- FERDINAND, Peter (2007b). "Sunset, sunrise: China and Russia construct a new relationship". *International Affairs*, 83 (5): 841-867.
- FOOT, Rosemary (2006). "Chinese Strategies in a US-hegemonic Global Order: accommodating and hedging". *International Affairs*, 82 (1): 77-94.
- HE, Wenping (2007). "The Balancing Act of China's Africa Policy". *China Security*, 3 (3): 23-40, Summer.
- HELLMANN, Donald C. (2007). "A Decade After the Asian Financial Crisis: Regionalism and international architecture in a globalized world". *Asian Survey*, XLVII (6):834-849, November/December.
- HUGHES, Christopher (2007). "North Korea's nuclear weapons: implications for the nuclear ambitions of Japan, South Korea, and Taiwan", *Asia Policy*, 3: 75-104, January.
- IISS - The International Institute for Strategic Studies. *Strategic Survey 2007*. London: Routledge.
- IKENBERRY, G. John (2008). "The Rise of China and the Future of the West: Can the Liberal System Survive?". *Foreign Affairs*, 87 (1), January/February. Acessado em 25/02/2008 no site: <http://www.foreignaffairs.org/20080101faessay87102/g-john-ikenberry/the-rise-of-china-and-the-future-of-the-west.html>
- KUMARASWAMY, P. R (2007). "India's Energy Cooperation with China: The slippery side". *China Report*, 43 (3): 349-352.
- LIU, Junning (2007). "China's reform: approaching a dead end". *China Security*, 3 (4): 90-102, Autumn.
- LUZYANIN, Sergey (2007). "Central Asia in Trilateral Cooperation: regional potential and resources of SCO". *China Report*, 43 (2): 237-243, 2007
- MOORE, Gregory J (2008). "How North Korea threatens China's interests: understanding Chinese 'duplicity' on the North Korean issue". *International Relations of the Asia-Pacific*, 8 (1): 1-29.
- RAMANI, Srinivasan V. (2007). "Indian Foreign Policy and the Indo-US Strategic Partnership". *Economic and Political Weekly*, XLII (38): 3844-3845, September 22-28.
- RAMO, Joshua Cooper (2004). *The Beijing Consensus*. London: The Foreign Policy Center.
- SCOTT, David (2007). "China and the EU: a strategic axis for the twenty-first century". *International Relations*, 21 (1): 23-45.
- SHENG, Bin (2007). "Political Economy of the Asia-Pacific Free Trade Area: a dilemma for China". *China & World Economy*, 15 (5): 38-49.
- TELLIS, Ashley J (2007). "China's Military Space Strategy". *Survival*, 49 (3): 41-72, Autumn.
- WACHMAN, Alan (2008). "Ensnared by Beijing: Washington succumbs to the PRC's diplomacy of panic". *China Security*, 4 (1): 70-93, Winter.

WANG, Zhongchun (2007). "Nuclear Challenges and China's Choices". *China Security*, 3 (1): 52-65, Winter.

WONG, Lai Foon (2007). "China-ASEAN and Japan-ASEAN Relations During the Post-Cold War Era". *Chinese Journal of International Politics*, 1: 373-404.

XINHUA News Agency (2004). '*China Threat*', *A Great Fallacy*. May 8. Acessado em 28/02/2008 no site: <http://www.10thnpc.org.cn/English/international/94733.htm>

YONG, Deng (2006). "Reputation and the Security Dilemma: China reacts to the China Threat Theory". IN: JOHNSTON, Alastair Iain & ROSS, Robert (eds). *New Directions in the Study of China's Foreign Policy*. Stanford: Stanford California Press. Pp.: 186-214.

YUAN, Peng (2007). "A Harmonious World and China's New Diplomacy (1)". *Contemporary International Relations*, 17 (3), May/Jun. Acessado em 18/02/2008 no site: [http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir\\_article\\_detail.php?IngID=681](http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir_article_detail.php?IngID=681)

YUAN, Peng (2007). "A Harmonious World and China's New Diplomacy (2)". *Contemporary International Relations*, 17 (3), May/Jun. Acessado em 18/02/2008 no site: [http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir\\_article\\_detail.php?IngID=682](http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir_article_detail.php?IngID=682)

YUAN, Peng (2007). "A Harmonious World and China's New Diplomacy (3)". *Contemporary International Relations*, 17 (3), May/Jun. Acessado em 18/02/2008 no site: [http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir\\_article\\_detail.php?IngID=683](http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir_article_detail.php?IngID=683)

YUAN, Peng (2007). "A Harmonious World and China's New Diplomacy (4)". *Contemporary International Relations*, 17 (3), May/Jun. Acessado em 18/02/2008 no site: [http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir\\_article\\_detail.php?IngID=684](http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir_article_detail.php?IngID=684)

ZHAI, Kun & WANG, Zaibang (2007). "Strategic Balance in the Asia-Pacific Region(1)". *Contemporary International Relations*, 17 (4), Jul/Aug. Acessado em 18/02/2008 no site: [http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir\\_article\\_detail.php?IngID=727](http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir_article_detail.php?IngID=727)

ZHAI, Kun & WANG, Zaibang (2007). "Strategic Balance in the Asia-Pacific Region(2)". *Contemporary International Relations*, 17 (4), Jul/Aug. Acessado em 18/02/2008 no site: [http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir\\_article\\_detail.php?IngID=733](http://www.cicir.ac.cn/en/publication/cir_article_detail.php?IngID=733)